





107/186271/2022

MEMORANDO INTERNO	Nº 158/2022	DATA: 08/07/2022
DE: POLIANA HELENA DE SOUZA	PARA: ANDERSON PASSOS DE SOUZA	
Controladora Geral do Município	Secretário de Serviços Urbanos e Obras	

ASSUNTO: Denúncia 1.120.158 – TCEMG
--

MENSAGEM:
<p>Senhor Secretário,</p> <p style="text-align: right;">Urgente</p> <p>Com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste, encaminhar o Ofício nº 11450/2022 – Secretaria da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais-TCEMG, para ciência e providências cabíveis.</p> <p>Ressaltamos que a documentação deverá ser remetida a esta Controladoria para atendimento ao requisitado no ofício em questão, <u>no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito horas)</u>, haja vista o prazo concedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.</p> <p>Insta salientar que, o descumprimento da requisição formulada no ofício supramencionado, no prazo fixado pelo TCEMG, poderá acarretar na aplicação de multa no valor diário de R\$1.000,00 (mil reais) até o limite de R\$10.000,00 (dez mil reais).</p> <p>Atenciosamente,</p> <p> Fabiana Soares Santos Rufino Assessora IV Decreto n. 024/2021</p> <p> Junia Cecília Camargo de Oliveira Controladora - Adjunta Decreto n. 316/2021</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Ofício n. 11450/2022

Processo n.: 1120158 - Denúncia

Belo Horizonte, 07 de julho de 2022.

Ao Senhor

Anderson Passos de Souza

Secretário Municipal

Rua Henrique Cabral, 796 Apto 302 B.Sao Luiz - Belo Horizonte/MG - 31.270-670

Senhor Secretário Municipal,

Comunico a Vossa Senhoria que o Conselheiro Subst. Adonias Monteiro, Relator(a) dos autos n. 1120158, Denúncia, nos termos do despacho de fl(s). referentes à peça n. 05, cópia anexa, determinou a sua intimação para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, adote as providências necessárias a instrução dos autos, bem como apresente justificativas que entender pertinentes acerca dos fatos denunciados.

Encaminho a V. Sa., por oportuno, cópia das fl(s). referentes à peça inicial.

Informo a V. Sa. que o descumprimento desta intimação, no prazo fixado, poderá acarretar a aplicação de multa.

Cientifico-lhe que o referido processo é ELETRÔNICO podendo ser acessado no e-TCE, disponível no portal deste Tribunal na internet (www.tce.mg.gov.br), na aba de "Secretaria Virtual"; e ainda, que a defesa, petições e demais documentos deverão ser subscritos por parte cadastrada, ou por procurador devidamente constituído, conforme caput do art. 164 da Resolução n. 12/2008, assinados eletronicamente e protocolizados exclusivamente via e-TCE, conforme determina o § 2º do art. 2º da Portaria n. 17/Pres/2021, dispensado o envio por correio, e-mail ou outros meios.

Solicito a V. Sa. que sejam informados o número deste ofício e do respectivo processo ao enviar a documentação a este Tribunal.

Atenciosamente,

Maria Valéria Menezes de Oliveira

Diretora

(assinado eletronicamente)

COMUNICADO IMPORTANTE

Nos termos da Portaria PRES. nº 46/2020, todas as petições e demais documentos, referentes ou não a processos físicos ou eletrônicos, deverão ser encaminhados exclusivamente pelo sistema e-TCE, disponível no portal do Tribunal, ficando dispensado o envio dos originais.



C.J.S.G.C.

Av. Raja Gabaglia, n. 1315 - Bairro Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.380-435 - Tel.: (31) 3348-2111

Processo: 1120158
Natureza: Denúncia
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Uberaba

À Secretaria da Primeira Câmara,

Trata-se de denúncia formulada por Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (peça n. 1) em face do Pregão Eletrônico n. 84/2022, deflagrado pela Prefeitura Municipal de Uberaba, cujo objeto consiste no “FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS - TIPO MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA ANP (gasolina comum, álcool etanol hidratado, óleo diesel comum e óleo diesel s-10, com disponibilização de tanques e bombas) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO COM IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE E LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO - TIPO MENOR PREÇO, em atendimento às Secretarias de Serviços Urbanos e Obras [SESURB], de Educação [SEMED] e da Saúde [SMS]”, com valor total estimado em R\$ 77.238.325,91, consoante Edital Resumido e Anexo I (peça n. 1, fls. 40/81 do pdf).

Em síntese, a empresa denunciante alegou a “[...] inviabilidade e os prejuízos que a locação de software pode gerar aos cofres públicos”, argumentando que “[...] em que pese a discricionariedade desta Administração [...] o objeto licitado não é a melhor escolha para alcançar a economia e eficiência, princípios basilares da licitação pública.”

Destacou que, da forma como posto, a Administração possuiria dois contratos para gerir, não conseguindo desconto naquele referente ao abastecimento, o que diferiria do novo modelo adotado na contratação unificada (para aquisição e gerenciamento de combustível e aquisição de peças e serviços de manutenção com o gerenciamento), denominado “quarteirização”, que se propõe a “[...] modernizar os mecanismos de gestão pública, por meio da transferência de ações da Administração a particulares que se desdobram em dois níveis: o da gerência da prestação e o da execução da prestação”.

Salientou, ainda, que o contrato de gerenciamento possui como vantagem a duração de até 60 (sessenta) meses, diferentemente da prestação de serviços de *software*, limitada a 48 (quarenta e oito) meses.

Dessa forma, concluiu que não foi observada, no edital, a eficiência e economicidade necessárias à contratação pela Administração Pública, sendo a melhor escolha a opção de

prestação de serviços por gerenciamento do abastecimento por meio de rede credenciada. Ao final requereu, como medida cautelar, a suspensão do certame.

A denúncia foi a mim distribuída em 5/7/2022, conforme termo de distribuição disponível no SGAP (peça n. 4), sendo recebida virtualmente em meu gabinete no mesmo dia, às 16h10. Registro, ademais, que a abertura da sessão do pregão está prevista para o dia 7/7/2022, às 13h00.

Neste juízo inicial, antes de manifestar sobre o pedido cautelar, entendo que se revela prudente e conveniente a requisição de documentos e informações junto à Administração para aprofundamento sobre a questão levantada, especialmente com relação às interpretações conferidas pelos gestores da licitação à matéria questionada pela empresa denunciante, considerando que foi questionado o próprio modelo de contratação adotado pela Prefeitura, o que deve ser justificado na fase interna da licitação, em razão do princípio da motivação que se impõe à Administração, mormente em relação aos atos discricionários, que são aqueles praticados por ela de forma conveniente e oportuna, liame este por demais subjetivo para que se possa dispensar a motivação do ato.

Portanto, diante das particularidades que envolvem o objeto pretendido e as circunstâncias de mercado, entendo por bem proceder à análise dos fatos depois de estabelecido o contraditório, com a oitiva dos gestores acerca da alegação de irregularidade apresentada pela empresa denunciante.

Desse modo, determino, nos termos do art. 306, II, do Regimento Interno, a intimação, por meio eletrônico, do Sr. Eclair Gonçalves Gomes, secretário de administração e subscritor do edital (peça n. 1, fl. 80 do pdf), e do Sr. Anderson Passos de Souza, secretário de serviços urbanos e obras e subscritor do Anexo IV – Minuta do Termo de Contrato de Fornecimento (peça n. 1, fl. 102 do pdf), para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, enviem cópia dos documentos atualizados relativos às fases interna e externa do certame, e, ainda, apresentem as justificativas e documentos que entenderem cabíveis acerca das alegações da empresa denunciante. Determino, ainda, que os gestores informem o estágio do procedimento licitatório no momento do cumprimento desta intimação.

Ressalto que os documentos deverão ser protocolizados exclusivamente via e-TCE, conforme determina o art. 3º da Portaria 46/Pres./2020.

Disponibilize-se aos agentes públicos cópia da peça inicial (peça n. 1) e cientifique-lhes, finalmente, que o descumprimento da intimação poderá acarretar multa individual, nos termos

do art. 85, III, da Lei Complementar n. 102/2008, no valor diário de R\$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Cumprida a intimação ou transcorrido *in albis* o prazo fixado, os autos devem retornar ao meu gabinete com urgência.

Belo Horizonte, 6 de julho de 2022.

Adonias Monteiro
Relator
(assinado digitalmente)

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) CONSELHEIRO (A) DO EGRÉGIO TRIBUNAL
DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

URGENTE

DATA LICITAÇÃO - 07/07/2022

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.,
inscrita no CNPJ n.º 05.340.639/0001-30, sediada na Calçada Canopo, 11 - Sala 03 -
Alphaville Empresarial - Santana do Parnaíba/SP - CEP: 06.541-078 - e-mail:
licitacao@primebeneficios.com.br - telefone: (19) 3518.7021, vem, por meio de seu
procurador subscrito *in fine*, apresentar:

REPRESENTAÇÃO DE ILEGALIDADE EM EDITAL COM PEDIDO LIMINAR

com supedâneo na Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/02, bem como
disposições legais contidas na Constituição Federal, em face das veementes
irregularidades e ilegalidades verificadas no procedimento licitatório, a ser realizado pelo
MUNICÍPIO DE UBERABA - MG, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ
sob o n.º 18.428.839/0001-90, com sede na Rua Dom Luís Maria Santana, n.º 141, Bairro
Mercês, Uberaba/MG, consoante motivos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

RAZÕES DE REPRESENTAÇÃO DE EDITAL COM PEDIDO CAUTELAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2022

Objeto: *"Constitui objeto desta licitação o FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (gasolina comum, álcool etanol hidratado, óleo diesel comum e óleo diesel S-10), com disponibilização de tanques e bombas, bem como PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO, por meio da implantação, manutenção e administração de um sistema informatizado e integrado, com a instalação de software e aquisição de licença de uso, através de dispositivo eletrônico nos veículos e no posto próprio do MUNICÍPIO, visando atender a frota de veículos, máquinas, motocicletas e equipamentos a serviço das secretarias municipais, conforme especificações contidas no ANEXO I, da prova de conceitos (LOTE 02) do subitem 7.18.1 e seguintes, bem como as condições gerais e especificações técnicas de fornecimento/execução contidas neste Edital."*

DIGNÍSSIMO CONSELHEIRO,

Não obstante o apreço e imensurável respeito que temos pelos servidores públicos responsáveis pela licitação em tela, principalmente pelo subscritor do edital de convocação, o procedimento não merece prosperar, vez que eivado de vícios insanáveis que violam a legislação vigente.

I - DA LEGITIMIDADE AD CAUSAM

A Representante é uma empresa que exerce a atividade de gerenciamento de frota para realização de abastecimento de combustíveis, consoante contrato social anexo, tendo como clientes o Supremo Tribunal Federal, Polícia Federal, Correios, inúmeras Prefeituras, Ministério Público do Trabalho, etc.

Desta forma, como o procedimento licitatório é propriamente para Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços de gerenciamento de frota para realização de abastecimento, conforme especificações constantes no edital, resta evidente o real interesse da Representante em que as irregularidades editalícias sejam sanadas.

II - DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS

O Tribunal de Contas é o órgão fiscalizador auxiliar, e tem, entre suas atribuições, verificar a eficiência, economicidade, legitimidade e, sobretudo, a legalidade na aplicação e gestão dos recursos públicos.

Portanto, em razão destas maravilhosas premissas, a Representante guarda a ponderação de que as irregularidades a seguir relatadas serão sanadas, e aos responsáveis serão aplicadas as sanções cabíveis.

E, o mais importante, no caso de o certame ainda não ter sido finalizado, seja o mesmo suspenso até análise de mérito, porém, na hipótese de já ter ocorrido, seja suspensão a assinatura do contrato.

III - DOS FATOS E DAS RAZÕES

Está prevista para o dia 07/07/2022, às 13:00, a abertura do Pregão Eletrônico nº 084/2022, para o seguinte objeto:

"FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS - TIPO MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA ANP (gasolina comum, álcool etanol hidratado, óleo diesel comum e óleo diesel s-10, com disponibilização de tanques e bombas) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO COM IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE E LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO - TIPO MENOR PREÇO, em atendimento às Secretarias de Serviços Urbanos e Obras [SESURB], de Educação [SEMED] e da Saúde [SMS]."

Em que pese a discricionariedade da Administração Pública, acredita-se que este modelo de contratação não é a melhor escolha para a realização do controle do abastecimento da frota de veículos do Município.

Desta forma serve a presente representação para demonstrar a inviabilidade e os prejuízos que a locação de software pode gerar aos cofres públicos.

IV - DO OBJETO LICITADO

Um dos principais pontos que chamam a atenção se refere ao objeto. Verifica-se que o objeto perseguido na presente contratação é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO COM IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE E LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO, conforme se extrai do edital:

Objeto: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS - TIPO MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA ANP (gasolina comum, álcool etanol hidratado, óleo diesel comum e óleo diesel s-10, com disponibilização de tanques e bombas) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO COM IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE E LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO - TIPO MENOR PREÇO, em atendimento às Secretarias de Serviços Urbanos e Obras [SESURB], de Educação [SEMED] e da Saúde [SMS]. (Grifo nosso)

Em que pese a discricionariedade desta Administração quanto à escolha da Contratação frente as suas necessidades, e considerando a expertise da empresa PRIME no ramo de Gerenciamento de Frota, percebe-se que o objeto licitado não é a melhor escolha para alcançar a economia e eficiência, princípios basilares da licitação pública.

No quesito eficiência, destaca-se que a Administração possui ou possuirá, no mínimo, 02 (dois) contratos, sendo (1) o de aquisição de combustível, firmado diretamente com o posto de combustível, e (2) com a empresa de locação do software, o que ocasionará maior gestão de processos para o órgão, acompanhamento de prazos, prorrogações, etc.

Quanto a economicidade tem a questão de a Administração não conseguir desconto no contrato de abastecimento, o que difere do “novo” modelo de contratação unificada para aquisição e gerenciamento de combustível e aquisição de peças e serviços de manutenção com o gerenciamento, denominada “quarteirização”.

Este novo tipo de contratação, que é adotado, dentre outros órgãos, pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e pelo o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo desde o ano de 2011, possibilitando ainda, além das vantagens acima (eficiência e economicidade – que também será demonstra abaixo), o abastecimento da frota em diversos postos de combustíveis (Rede Credenciada da Contratada), não ficando adstrita ao posto contratado através da licitação de aquisição de combustível.

Como dito alhures, para melhor compreender os serviços de Gestão de Frota, estes amoldam-se a chamada quarteirização das atividades de (i) manutenção e (ii) abastecimentos de veículos, a qual se apresenta na evolução da já conhecida terceirização, tendo se desenvolvido e consolidado no Setor Privado nos últimos anos, passando a ser adotado mais recentemente pela Administração Pública na busca por maior eficiência na gestão dos serviços.

Salvo melhor juízo, o Estado de Minas Gerais, implementando um conjunto inovador de políticas de gestão pública, foi o primeiro Ente Federativo a licitar esse modelo de contratação, o qual foi objeto do VII Congresso CONSAD de Gestão Pública em março de 2014. Deste congresso extrai-se primordial estudo quanto os aspectos da “Quarterização da Manutenção de Frota de Veículos Oficiais” .

E de maneira didática os Palestrantes do VII Congresso COSAD Marcelo Eduardo Silva Soares e Leonardo Siqueira de Moura elucidam:

A quarteirização da manutenção de veículos se apresenta como uma evolução da já conhecida terceirização, tendo se desenvolvido e consolidado no setor privado nos últimos anos, passando a ser adotado mais recentemente pelo setor público na busca de maior eficiência na gestão dos serviços, suscitando-se

questões quanto à sua aplicabilidade nesta esfera. Na quarteirização, a Administração contrata empresa especializada para gerenciar a execução da manutenção de sua frota de veículos. Tal manutenção, por sua vez, é realizada pelas oficinas que fazem parte da rede credenciada da contratada.

(...)

Neste modelo, o gerenciamento das manutenções é realizado por meio de sistema informatizado e integrado de gestão de propriedade da empresa gestora que interliga a rede credenciada de estabelecimentos do setor de reposição automotiva e o contratante (Administração). Este é responsável por escolher a oficina onde o veículo será levado, efetuar a cotação de preços e por aprovar o melhor orçamento. A Administração pode contratar ainda junto à empresa gestora, a disponibilização de sua equipe de especializadas em manutenção veicular, usualmente denominada de “Plataforma”, para que esta efetue planos de manutenção aos veículos, indiquem a oficina onde cada veículo deve ser levado, analise os orçamentos recebidos, efetue cotações e negociações com a rede credenciada e apresente, em sistema, o melhor orçamento para aprovação do órgão/ entidade contratante (o.c)

Em extenso estudo sobre o tema, o Desembargador Jessé Torres Pereira Junior e a Advogada Marines Restelatto Dotti, apresentam a seguinte conceituação do modelo de quarteirização:

“Trata-se, nesse modelo, de a Administração Pública transferir a empresa privada especializada, vencedora de licitação, o gerenciamento de sua frota por meio de um sistema informatizado, cujo encargo principal é o de cuidar da manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluindo o fornecimento de peças, acessórios, mão de obra e transporte por guincho. Manutenção e fornecimento esses a serem executados por meio de rede credenciada de oficinas localizadas em âmbito estadual, regional ou nacional, ou seja, a empresa especializada contratada pela Administração gerencia a prestação de serviços a serem executados por outras empresas. Há, portanto, duas ordens de relações jurídicas: a que se estabelece entre a Administração e a empresa gerenciadora e a que esta estabelecerá com as empresas executoras, em sistema de rede.”(
Revista do TCU 116 pág. 81)

Ainda, ensinam que o novo modelo se propõe a modernizar os mecanismos de gestão pública, por meio da transferência de ações da Administração a particulares que se desdobram em dois níveis: o da gerência da prestação e o da execução da prestação. O esquema abaixo apresenta os vínculos existentes na terceirização e na quarteirização apresentadas neste trabalho.

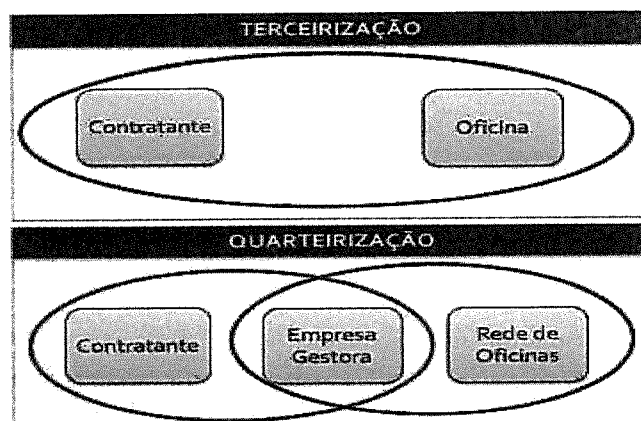


Figura 01 – Relações Existentes na Terceirização e na Quarteirização da Manutenção Veicular

Em síntese, na quarteirização a Administração contrata empresa especializada que disponibiliza sistema de gerenciamento para a execução dos serviços automotivos (Manutenção veicular ou Abastecimento de combustíveis), os quais serão realizados pela rede de estabelecimentos conveniados.

Esse modelo diferencia-se do modelo de terceirização, outrora adotado para a contratação dos serviços de manutenção veicular ou abastecimento de combustível, pela existência da empresa gestora, que atua como intermediadora das relações entre Administração e rede credenciada.

Noutras palavras, a empresa gestora é, também, uma intermediadora dos pagamentos pela prestação dos serviços. Como disposto no quadro acima, ela está no meio da relação que, por imposição contratual, sem a sua presença não existiria.

A atividade de gerenciamento da frota veicular tem como elemento marcante a INTERMEDIACÃO; ao invés da aquisição direta de mercadorias ou serviços,

onde a Administração Pública contratante se utilizará da intermediação de uma Gerenciadora para:

- i. gerenciar a prestação dos serviços (manutenção ou abastecimento) por meio de sistema informatizado; e
- ii. credenciar estabelecimentos para que realizem os serviços e/ou forneçam produtos, sendo as transações realizadas por meio de cartões;
- iii. realizar o repasse dos valores aos estabelecimentos.

Além da prestação do serviço de gestão propriamente dita, trata-se da disponibilização de um meio de pagamento, o qual é colocado à disposição da Contratante para que essa adquira produtos e realize serviços, conforme sua necessidade.

Em alguns casos, a Administração consegue zerar ou até mesmo obter desconto sobre os valores dos abastecimentos, o que gera uma grande economia aos cofres públicos, pois, além de não pagar pelos serviços de gerenciamento (utilização do software via web), ainda obtém desconto sobre o valor dos abastecimentos.

Em suma, no gerenciamento de frota, através de sistema via web, a Administração receberá um desconto (taxa negativa) pela empresa gestora que coloca à disposição da Contratante um “leque” de postos de combustíveis para abastecimento da frota, inclusive para os veículos que se encontram em viagem.

Mostra-se, portanto, que o modelo adotado (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO COM IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE E LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO) não atende os princípios da economicidade e da eficiência.

Considerando que o edital exige para a prestação de serviços um “software”, trata-se de um programa de informática, o que difere da prestação de serviços de gerenciamento, conforme disciplina a lei de licitação n.º 8.666/963:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

III - (Vetado).

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.

Portanto, além dos benefícios acima narrados, também há vantagem na duração do contrato, que poderá ter vigência de até 60 meses, nos termos da lei.

A administração estatal é rígida por princípios fundamentais explícitos no artigo 37 da Constituição Federal, *in verbis*:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”.

Dentre os princípios supramencionados, cabe destacar o da Eficiência que não é muito abordado nos dias atuais. Eficiência significa, poder, capacidade de ser efetivo; efetividade, eficácia, agir com produtividade e competência. No âmbito da gestão pública é fundamental ser eficiente, pois os serviços públicos devem atender de maneira satisfatória a coletividade.

Quando se fala em eficiência na administração pública, significa que o gestor público deve gerir a coisa pública com efetividade, economicidade, transparência e moralidade visando cumprir as metas estabelecidas.

O insuperável mestre e professor Hely Lopes Meirelles fundamenta que o princípio da eficiência se caracteriza como “...o que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”, e acrescenta que “...o dever da eficiência corresponde ao dever da boa administração.”

Este princípio não abrange apenas o servidor público, mas também a administração pública, que deve atentar para uma boa administração, tornando o aparelho estatal menos burocrático e mais atualizado aos padrões modernos, porém sem prejuízo da sociedade.

Portanto, entende-se que a melhor escolha, atualmente para esta Administração, seria optar pela **contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de frota através de Rede Credenciada** (quarteirização).

V - DA CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR

A concessão do efeito suspensivo é medida que se impõe, vez que o certame ocorrerá no próximo dia 07/07/2022.

Forçoso reconhecer que inúmeras gerenciadoras, diante da ilegalidade constante no edital, estão sendo tolhidas do seu direito de participação no certame em tela. Nesta exata medida, a própria Administração Pública restará prejudicada ante a inexistência de participantes, e secundariamente a população, que, por não ter sido alcançada a proposta mais vantajosa possível, deverá arcar com a ineficiência da utilização dos recursos públicos.

Assim, encontram-se plenamente presentes os requisitos ensejadores da concessão do efeito suspensivo, o *fumus boni iuris* evidenciado, na medida em que inúmeras gerenciadoras não poderão participar do pregão. O *periculum in mora* caracteriza-se pela contumaz iminência do procedimento licitatório tornar qualquer decisão ulterior tardia, em razão da demora.

E, diante disso, insiste a Representante em que este E. Tribunal se pronuncie a respeito da ilegalidade mencionada, de modo que a decisão não sirva apenas de cunho reparador especificamente do edital em comento, mas para que também passe a servir de orientação futura a seus Administrados, a fim de evitar que os mesmos concorram em práticas irregulares.

VI - DO PEDIDO

Diante do exposto, e considerando o certame ocorrerá dia 07/07/2022, às 13:00, requer se digne Vossa Exa. que:

1. Receba a matéria desta representação a fim de deferir o **PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO do procedimento licitatório EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2022**, bem como determine a notificação da Autoridade Administrativa para prestar as informações legais tempestivamente;
2. Seja **JULGADA PROCEDENTE A PRESENTE REPRESENTAÇÃO**, determinando que a Representada promova as seguintes alterações no edital:
 - i. Alterar o objeto licitado (Implantação de Software e Locação de Licença de Uso) para Contratação de empresa especializada em

sistema de gestão de abastecimento de frota através Rede Credenciada;

- ii. Republicar os termos do edital, reabrindo-se os prazos legais.

Termos em que pede deferimento.

Santana de Parnaíba/SP, 04 de julho de 2022.

**RODRIGO
ANTONIO
URIAS MARTINS**

Assinado de forma digital
por RODRIGO ANTONIO
URIAS MARTINS
Dados: 2022.07.04
19:59:03 -03'00'

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Rodrigo Antonio Urias Martins – OAB/SP 474.016



PROCESSO

NÚMERO	EXERCÍCIO	FOLHA	RUBRICA
107/186271	2022	11	

Uberaba, 08 de julho de 2022.

À Senhora **Poliana Helena de Souza**,
Controladora-Geral do Município.

A empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA denunciou perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais o Pregão Eletrônico 84/2022, alegando basicamente a ilegalidade do edital, considerando que as escolhas desta Secretaria de Serviços Urbanos e Obras – SESURB não observariam a eficiência e a economicidade necessárias às contratações administrativas.

Entretanto, não lhe assiste razão no pleito.

Primeiramente, é imperioso destacar que apesar de alegar fundamentos publicísticos para pugnar pela suspensão da licitação, de fato, seu interesse é reorientar o mérito administrativo. Ora, escolher entre uma rede credenciada de fornecedores de combustíveis e o fornecimento do produto para um sistema próprio é mérito administrativo, o qual deve ser exercido pelos gestores públicos. Salvo melhor juízo, seria um questionamento válido à economicidade do pleito se a empresa interessada em participar do certame questionasse o tipo licitatório escolhido, por exemplo; ou à eficiência, se questionasse tratar-se de aquisição ou fornecimento de um produto. Todavia, questionar o objeto licitatório revela-se como uma invasão ao mérito administrativo o qual, repete-se é de atribuição dos gestores públicos competentes para decidir em nome do ente estatal e não de empresa privada interessada em contratar com a administração para obter lucro.

Segundamente, também é fundamental aclarar que a administração está licitando 02 objetos distintos que, dada a sua similaridade de mercado, estão reunidos em um único pleito licitatório; porém, em lotes distintos – o que é ordinário no cotidiano da administração pública, direta e indireta, em todos os níveis de governo. Em um lote, objetivamos a prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento através de software; em outro, o fornecimento de combustíveis. Já o objeto oferecido pelo denunciante é um terceiro: prestação dos serviços de manutenção de uma rede credenciada de postos de combustíveis à disposição desta Prefeitura, monitorada por software. Não há similaridade, pois, entre o interesse desta administração e o produto oferecido pelo denunciante.

Tal modelo de contratação pode ser interessante à administração pública, como este Órgão mesmo está licitando em relação a manutenção de veículos e fornecimento de peças, por exemplo. Todavia, em relação aos combustíveis, não é. Isso porque a Prefeitura de Uberaba já tem a infraestrutura de um posto de combustíveis em seu Centro Operacional, de modo que o espaço já foi objeto de diversos investimentos públicos, os quais se perderiam com o desuso da área – especialmente por um prazo de 05 (cinco) anos, como sugere o denunciante. Sem adentrar nas questões logísticas de abastecimento e fiscalização.

Vale destacar, nesse sentido, que a denunciante ainda turba o objeto licitatório em suas alegações, envolvendo as atividades de manutenção e aquisição de peças no presente, unicamente porque seu software já abarca ambos os serviços, sendo que esta Prefeitura tem outro

PROCESSO

NÚMERO	EXERCÍCIO	FOLHA	RUBRICA
107/186271	2022	12	

procedimento licitatório no qual busca a prestação dos serviços de manutenção de veículos e aquisição de peças.

Inclusive, sendo concentrados todos os abastecimentos da Prefeitura de Uberaba – MG em um único local, em prédio público, cujos trabalhadores são servidores públicos (em regra, efetivos) há uma capacidade de fiscalização, transparência e probidade no uso de um recurso tão essencial para a prestação dos serviços públicos, cujo preço está cada dia maior e que, dadas suas características, é de fácil subtração.

Ademais, em consideração à essencialidade dos serviços públicos que dependem de combustíveis (resgate e transporte de pacientes por ambulâncias, patrulhas da guarda municipal, transporte de alunos, uso de máquinas e equipamentos de manutenção motorizados), a existência de um posto de combustíveis próprio atende ao interesse público, especialmente em um contexto de crise de combustíveis como o atual. Nesta esteira, temos a crise deflagrada pela greve dos caminhoneiros, a qual afetou diretamente o fornecimento de combustíveis nos postos de todo o Brasil. Naquela oportunidade, se não tivesse posto de combustíveis próprio, como a Prefeitura de Uberaba teria garantido o abastecimento de seus veículos oficiais que atuam na prestação de serviços públicos essenciais e, por isso, impassíveis de interrupção? Teria a Administração Pública que disputar com os municípios?

Esta Prefeitura, como parte do Estado, como Administração Pública, tem funções diferentes de um organismo particular e deve precaver-se para garantir a ordem pública e o atendimento aos seus serviços essenciais.

Ainda em favor das escolhas administrativas no Pregão impugnado, é valioso destacar que as chances de se conseguir um menor preço nos termos desta Prefeitura são muito maiores, afinal conforme pleiteia o denunciante, a Prefeitura de Uberaba iria adquirir combustíveis dos postos de combustíveis da cidade – varejo -, enquanto na forma desenhada por esta administração pública, estaremos contratando o fornecimento de combustíveis diretamente dos fornecedores dos postos de combustíveis, no atacado (atualmente, por exemplo, a fornecedora de combustíveis da Prefeitura de Uberaba é a Rede Ipiranga).

Destarte, s.m.j., não se sustenta a alegação da denunciante, visto que a futura contratação fruto do Pregão Eletrônico 84/2022 será eficiente para atender às necessidades publicísticas desta Prefeitura, bem como é economicamente vantajosa para a administração pública, não havendo que se falar em suspensão do certame licitatório.

Atenciosamente,



Thobias de Paiva Camargo
Assessor de Apoio ao Gabinete – SESURB



Anderson Passos de Souza
Secretário de Serviços Urbanos e Obras